

**Captação de recursos para projetos esportivos educacionais na Lei de Incentivo ao Esporte (LIE): uma revisão sistemática na produção acadêmico-científica.**

Autor: Luis Henrique Torquato Vanucci  
Escola de Educação Física e Esporte – Universidade de São Paulo.  
luisvanucci@usp.br

Coautora 1: Dra. Flávia da Cunha Bastos  
Escola de Educação Física e Esporte – Universidade de São Paulo.  
flaviacb@usp.br

Coautora 2: Dr. Ary José Rocco Júnior  
Escola de Educação Física e Esporte - Universidade de São Paulo  
aryrocco@usp.br

Coautora 3: Lilian Perrenoud  
Escola de Educação Física e Esporte – Universidade de São Paulo.  
l\_perrenoud@usp.br

Coautora 4: Camila Rezende Dantas  
Escola de Educação Física e Esporte – Universidade de São Paulo.  
camila.rezende.dantas@gmail.br

Subárea do trabalho: Políticas do esporte.

Tipo de apresentação no evento: Pôster.

## **Captação de recursos para projetos esportivos educacionais na Lei de Incentivo ao Esporte (LIE): uma revisão sistemática na produção acadêmico-científica.**

Subárea do trabalho: Políticas do esporte.

Tipo de apresentação no evento: Pôster.

**Introdução:** Somente nos últimos cinquenta anos os governos passaram a pensar o esporte de forma organizada e centralizada, atendendo objetivos estratégicos políticos e sociais (Bueno, 2008). No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, o esporte passa a figurar como direito social, considerando assim, o “desporto” como direito fundamental do cidadão brasileiro (Matias, Athayde, Húngaro & Mascarenhas, 2015). Porém, a política pública, trata-se ainda de uma área incipiente e em busca do seu espaço entorno ao fenômeno esportivo. Contudo, encontra-se em parte da literatura esportiva que trata das relações, Estado-Esporte, destaque especial para o antigo problema no modelo de desenvolvimento do esporte no Brasil: a centralização no esporte de rendimento, tornando-o excludente às outras duas manifestações esportivas, participação e educacional (Bueno, 2008). Sendo, o desporto educacional, segundo a Lei n. 9.615/98, descrito como aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se seletividade e hipercompetitividade de seus praticantes, cuja finalidade é alcançar o desenvolvimento integral e a formação do indivíduo, para o exercício da cidadania e a prática do lazer. Assim, entende-se a importância da Educação Física escolar na formação esportiva. No entanto, na maioria das modalidades, ainda é nos clubes que elas buscam aperfeiçoar o desempenho esportivo no alto rendimento. Portanto, segundo Peres e Lovisoló, (2006), a força do binômio escola-clubes ainda é notadamente relevante no processo tradicional de formação de atletas no Brasil. Nesse sentido, em 2006, o governo sancionou a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), possibilitando que pessoas e empresas destinassem um percentual do imposto de renda para projetos esportivos. Esse mecanismo trouxe, inquestionavelmente, um ganho aos valores investidos no esporte no país. Porém, nota-se que o “gargalo” para o efetivo funcionamento da LIE está na “não” Captação de Recursos (CR), especialmente para os projetos educacionais. **Objetivo:** Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi analisar o conhecimento produzido sobre a CR para projetos educacionais na LIE. **Método:** Foram levantados artigos publicados entre 2006 e 2017, a partir das seguintes palavras-chave: Lei de incentivo ao esporte; Captação de recursos no terceiro setor; e Esporte Educacional (EE); em consultas realizadas nos meses de maio e junho de 2017. Inicialmente, classificaram-se todos os artigos cujas palavras-chave foram identificadas nos títulos. No caso de o título indicar que o artigo abordava EE, LIE ou CR, foi realizada leitura do resumo e referencial teórico. **Resultados e Discussão:** Foram encontrados 11 artigos, sendo 2 relativos ao EE, 5 artigos relacionados a LIE e mais 4 sobre CR. Dentre os autores dos artigos selecionados, destaca-se Nassif, V. M. J., em 3 estudos sobre EE e LIE; e Bastos, F. C., nos estudos relativos à LIE. No caso dos estudos relativos à captação de recursos, encontrou-se apenas pesquisas em Organizações do Terceiro Setor (OTS), não necessariamente ligadas ao esporte, porém, relacionados ao marketing. **Considerações finais:** Verificou-se que são escassos os estudos relativos a captação de recursos para projetos de esporte educacional. Assim, sugere-se um aprofundamento nos artigos a fim de compreender de forma mais precisa os métodos utilizados, bem como em relação as conclusões específicas em relação ao esporte educacional. E, espera-se ainda que esses achados possam contribuir para que que novas e inéditas pesquisas surjam, de forma a contribuir ainda mais para o conhecimento sobre a importância dos valores captados em projetos educacionais da LIE, assim como dos impactos desses projetos na sociedade.

**Palavras-chave:** Lei de incentivo ao esporte; Captação de recursos no terceiro setor; Esporte educacional.

**Referências:**

BUENO, L. (2008). Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. (Tese de doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV). Recuperado de: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2493/72040100444.pdf>

MATIAS, W. B; ATHAYDE, P. F.; HÚNGARO, E. M.; MASCARENHAS, F. (2015, Jan-Maio). A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no brasil. Revista Movimento, Porto Alegre, 21(1), 95-110.

PERES, L.; LOVISOLO, H. (2006). Formação Esportiva: Teoria e Visões do Atleta de Elite no Brasil. Revista de Educação Física-UEM, Maringá, 211-218.